



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 97 - 2ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

Fora o imperialismo da ex-Iugoslávia!



**Fora com os conchavos com o patronato!
Organizar a luta antiimperialista
e anticapitalista!**

**Que a CUT rompa com a política
de conciliação de classes
e chame a luta nacional de massa
contra o plano de fome de FHC**

**Contra a repressão
dos governos e da burguesia:**

**Formar os comitês
contra a opressão
social e política!**

Impulsionar a resistência!



Crise do governo arrasta plano

A crise da frente PSDB/PFL que sustenta o governo FHC expressa a profunda divisão interburguesa, particularmente o choque de interesses entre as frações oligárquicas paulista e nordestina.

Historicamente, essa divisão está ligada à questão da falta de unidade nacional e desenvolvimento desigual e combinado do país, resultado de seu desenvolvimento capitalista atrasado e semicolonial. A burguesia paulista, basicamente industrial, expressa a maior parcela da produção nacional bruta. Mas, desde a tomada do poder por Vargas em 1930, não exerce no aparato do estado o peso correspondente ao seu poder econômico. O Estado brasileiro é controlado basicamente pelas frações oligárquicas mais atrasadas, principalmente as nordestinas. O controle é dado pela supervalorização do peso das regiões atrasadas na formação do parlamento. Essa valorização artificial favoreceu a manutenção de uma unidade federativa sob controle oligárquico, que interessava desde os anos 30 a Vargas, e depois, nos anos 60 em diante, à ditadura militar. A Nova República de Tancredo/Sarney e a Constituinte de 1988 mantiveram a essência do desequilíbrio favorável às oligarquias regionais, que mantiveram o controle sobre o Congresso.

A frente PSDB/PFL buscava um equilíbrio, ainda que instá-

vel, entre as duas principais frentes burguesas do país. Sob a liderança da burguesia paulista, a frente iniciou a aplicação do plano Real, ganhou as eleições e deu uma série de passos na direção das reformas neoliberais impostas pelo imperialismo. O momentâneo crescimento econômico durante os primeiros meses de Plano Real e as manobras que mantiveram estabilizada a inflação deram fôlego à aliança, sob direção paulista (José Serra firmou-se como homem forte no governo).

Mas a volta da recessão, combinada com a apresentação da reforma fiscal e tributária detonaram uma profunda crise na frente. A reforma atacará duramente os orçamentos de estados e municípios, principalmente os mais atrasados. A recessão, apoiada numa política econômica de arrocho salarial e de crédito e na abertura às importações, ataca a produção industrial. Desde agosto, temos assistido a luta das oligarquias nordestinas contra a redução dos orçamentos e a pressão da indústria paulista para uma redução dos impostos e juros e para a liberação do crédito. Todas essas reivindicações se chocam com a necessidade do Estado de ter recursos para manter o parasitismo financeiro das dívidas externa e interna. Mas o seu não atendimento implicará na quebra de vários setores burgueses. A impossibilidade de uma solução negociada está na submissão geral da burguesia nacional ao imperialismo, que determina a destruição da economia nacional em favor da elevação das importações e do parasitismo financeiro.

A crise ao redor do Banco Econômico pôs em relevo a agudização das contradições da aliança. Enquanto Antônio Carlos Magalhães reivindicava proteção do governo federal aos aplicadores baianos, o governador paulista Mario Covas conseguia fechar um acordo com o Banco Central para suspender a intervenção no Banespa. A vitória de Covas mostrou o fortalecimento da burguesia paulista no interior do governo.

Logo se seguiu o episódio das concessões de TVs a cabo, que nos

últimos anos estiveram nas mãos das oligarquias nordestinas. O dirigente do PSDB, Sergio Motta, marginalizou alguns grupos da distribuição das concessões, o que abriu nova disputa entre paulistas e nordestinos.

A privatização da Vale do Rio Doce esbarra agora no poder de Sarney no Congresso. O velho oligarca maranhense sabe que a privatização da Vale do Rio Doce implicará na suspensão imediata de uma série de acordos com empresas da região. Por isso se opõe, juntamente com uma fração da oligarquia.

O ex-ministro Hargreaves, que presidia os Correios e Telégrafos, era ligado ao grupo de Juiz de Fora, de Itamar Franco. Na disputa interburguesa, estava ao lado dos oligarcas. Rapidamente foi fritado com uma denúncia muito menos grave da que foi acusado quando era ministro de Itamar. O próprio FHC, ao saber que Hargreaves recebia salário de uma empresa privada (Sebrae), disse que queria ver o problema rapidamente resolvido, com sua saída.

A divisão interburguesa dificulta o avanço do plano e das reformas de FHC. O agravamento da recessão tende a piorar a divisão intestina da burguesia e aumentar a crise do governo. As condições favorecem o avanço do movimento operário para enfrentar o plano e o governo.

O aumento da crise governamental e das instituições burguesas impelirá o governo a passar por cima da democracia burguesa, tomando medidas executivas na política econômica (como já o fez com a criação de um fundo de seguro para os bancos, sem aprovação do parlamento) e repressivas contra as massas.

O movimento de massas precisa romper a paralisia e conciliação de classe, impostas pelas burocracias reformista e direitista, e responder à ofensiva antinacional e antipopular de FHC com a luta nacional de massa. A melhor maneira de responder à ofensiva reacionária é com a luta, organizada para a resistência (autodefesa).



Responder à tendência de conciliação de classes com a luta anticapitalista

A recessão aumenta as pressões burguesas sobre as organizações de massa no sentido da conciliação de classes. As demissões aumentam, e a ameaça do desemprego pesa sobre os assalariados. As direções sindicais imploram aos capitalistas para que limitem o desemprego e evitem seu desgaste junto aos trabalhadores. A burocracia sindical passa a chamar os trabalhadores a apoiarem os capitalistas descontentes com a recessão e a deixarem de lutar contra eles. Semelham a ilusão de que os exploradores são aliados para pressionar o governo por uma política econômica desenvolvimentista, que interessaria a todos.

É justamente isso a que assistimos hoje: as direções sindicais direitistas e reformistas (Força Sindical e CUT) estão fazendo uma verdadeira campanha para iludir os trabalhadores a apoiarem as reivindicações das federações de patrões junto ao governo. Dizem que a redução de impostos e juros para as empresas e a liberação do crédito estimula a produção e combate o desemprego. Mas o que acontece na verdade é que as empresas querem pagar menos impostos, que serão redistribuídos para que mais assalariados paguem. Assim, os empresários utilizam a burocracia sindical para arrastar os trabalhadores a apoiarem uma proposta que lhes prejudica.

A recessão é o resultado da política neoliberal de FHC, aplicada a mando do imperialismo. A queda da produção do país está ligada ao crescimento das importações, que passaram a ocupar o lugar de diversos produtos no mercado nacional, e ao arrocho dos salários e do crédito. Como os salários estão congelados e os juros estão elevados, e como se esgotou o dinheiro sacado das poupanças pelo baixo rendimento, as vendas despencaram. Os estoques lotados das empresas as levam a demitir em massa.

O combate real à recessão passa pela luta contra o plano neoliberal de FHC. Trata-se de lutar contra a entrega do país ao capital estrangeiro, contra a destruição dos serviços e investimentos públicos em benefício do parasitismo financeiro e contra o arrocho salarial. Esta é uma luta que se choca com os interesses da burguesia nacional, do governo e do imperialismo. Por isso se coloca como uma luta antiimperialista e anticapitalista. Não é possível travá-la sem combater a

exploração patronal. A independência de classe, que se traduz na luta anticapitalista, é condição para o combate ao plano FHC, e portanto à recessão.

Quando a Força Sindical e a CUT se juntam aos empresários e tentam arrastar os trabalhadores a apoiá-los, acabam ajudando as negociações da burguesia ao redor da aplicação do plano. Embora seus discursos sejam diferentes, as duas centrais sindicais estão pregando a mesma coisa aos trabalhadores: que sejam massa de manobra, de barganha, das frações capitalistas em choque.

Essa política das direções é a responsável pelo bloqueio das organizações de massa. O arrocho salarial e o desemprego impulsionam os trabalhadores a

lutarem. O segundo semestre é rico em datas-base, que marcam as campanhas salariais. As reivindicações salariais se chocam objetivamente contra o plano e o governo. Mas tendem a se transformar em movimentos dispersos, que isolados não serão capazes de derrotar os patrões e o governo.

A tendência de luta só pode se expressar livremente através de uma política de independência de classe. Essa linha, no entanto, depende da construção do partido revolucionário, que dá expressão consciente às tendências instintivas de luta da classe. O combate à linha de conciliação de classes imposto pela burocracia às organizações de massa é necessário para ir desenvolvendo nas massas a consciência da necessidade da construção de novas direções, que encarnem o programa revolucionário e ajudem as organizações de massa a servirem de instrumentos para impulsionar a ação direta das massas contra a exploração capitalista.



Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Direção Nacional do PT quer aprovação das contas do governo Brizola

O ex-governador Leonel Brizola está ameaçado de ficar impedido de concorrer às eleições por oito anos. As contas de seu governo no Rio de Janeiro mostraram que houve uma série de irregularidades, com desvio de verbas, superfaturamento etc. A Assembléia Legislativa do Rio está dividida: metade dos deputados pretende rejeitar as contas de Brizola, metade quer aprová-las, ainda que com irregularidades comprovadas. O PT será o fiel da balança. Por isso abriu-se uma nova crise no seu interior.

A bancada de deputados do Rio tende

a rejeitar as contas de Brizola. Mas a direção nacional está preocupada, porque essa atitude criaria más relações entre PT e PDT para as campanhas eleitorais de 1996. O PT pretende fazer alianças com o PDT em várias cidades, mas a rejeição das contas de Brizola e a consequente condenação do caudilho seriam debitadas na conta do PT. Lula foi ao Rio e impeliu a direção nacional do PT a pressionar os deputados a acobertarem Brizola.

Com isso, o PT se compromete a fundo com a corrupção no estado. Em função dos interesses eleitorais, o partido colabora com o corrupto Brizola para absolvê-lo. Agora o discurso da ética na política é varrido para debaixo do tapete, enquanto as eleições se aproximam.

A corrupção é própria do Estado burguês. É utilizada como instrumento para sua manutenção como instrumento de dominação de clas-

se, que garante a exploração sobre os assalariados. As denúncias de corrupção entre os partidos e políticos burgueses nunca dão em nada, porque são utilizadas apenas como elementos de barganha na luta intestinas entre as frações capitalistas. Já vimos o que aconteceu na CPI do Orçamento, que inocentou os corruptos.

A forma das massas julgarem de verdade a corrupção burguesa é através da luta direta, que pode formar os tribunais populares que julgam de verdade a burguesia, seu estado e seus partidos. As organizações de massa têm o dever de defender a convocação dos tribunais populares para julgar a burguesia corrupta, porque a corrupção é paga com dinheiro explorado dos assalariados, os que produzem toda riqueza e são obrigados a viver na miséria pela exploração capitalista.

CUT propõe sindicato orgânico para burocratizar ainda mais os sindicatos

A direção da CUT apresentará projeto para fazer com que os sindicatos façam parte legalmente das centrais sindicais. Pela idéia da direção cutista, o sindicato poderá escolher a central sindical que integrará. Dizem os burocratas que isso é parte da liberdade e autonomia sindical. Mas a verdade é bem outra.

O que pretendem os dirigentes reformistas é que os sindicatos se submetam à centralização burocrática nacional da direção cutista. Submetidos legalmente à direção da

central, os sindicatos ficarão ainda mais burocratizados e distantes do controle das bases sobre a direção.

A CUT tem sofrido ao longo dos anos um processo de burocratização que foi eliminando as possibilidades da base operária intervir em seu interior. Primeiro estrangulou as oposições sindicais, que passaram a ter peso nulo nos congressos. Eliminou a participação de delegados de base eleitos em assembléia, tornando os congressos encontros de dirigentes burocratizados, eleitos em outros congressos regionais, também burocratizados. Agora os sindicatos serão arrastados para o mesmo processo.

A liberdade e autonomia sindical não pode ser pensada sem a luta anticapitalista e a democracia operária, intimamente ligadas. As organizações de massa só podem ser autenticamente autônomas, inde-

pendentes, em relação à burguesia, seu estado e instituições. Isso implica em se colocarem pela luta contra a exploração, a partir das necessidades imediatas, apontadas pela soberania das assembléias de base. A submissão dos sindicatos e centrais à legislação burguesa amordaça-os enquanto organizações de luta das massas. O reconhecimento legal dessas organizações pelo estado burguês é obtido pela pressão da luta de classes.

Em oposição à centralização burocrática dos sindicatos pelas centrais, defendemos a democracia operária em todos os organismos das massas, soberania das assembléias e construção de direções que encarnem, na defesa a fundo das reivindicações mais imediatas das massas, o programa da revolução proletária.



Plano de Covas é o maior ataque ao ensino público

A reforma do ensino de Covas é a aplicação das imposições do FMI e Banco Mundial para a educação. Tem como objetivos reduzir os gastos do estado com a educação e favorecimento do ensino privado.

O primeiro passo do maior ataque ao ensino público em São Paulo é o recadastramento de alunos e o aumento da carga horária de trabalho dos professores. Em seguida vêm as demissões em massa de professores e funcionários.

O recadastramento impõe aos alunos um corte de vagas. Só terá direito a matrícula no ano que vem os alunos recadastrados agora. Muitos alunos abandonam as aulas durante o ano, e sem o recadastramento perderão o direito à matrícula no ano que vem. Isso reduzirá os tamanhos das classes. O governo vai concentrar os alunos restantes em salas lotadas. Aumentará a carga horária de trabalho dos professores. Somando as duas coisas, abre-se a possibilidade de demissão de dezenas de milhares de professores. Covas cortará o nú-

mero de vagas e demitirá para gastar menos com educação e sobrar dinheiro para bancar as dívidas do Estado com os banqueiros e empreiteiras. E as escolas particulares agradecem, porque o governo não dará vagas aos estudantes das escolas pagas que se dirigirem às públicas, e os alunos das públicas que não tiverem matrícula garantida só terão a alternativa do ensino pago.

Trata-se da aplicação das metas impostas pelo FMI ao país no acordo de 1991. O capital financeiro exige que o estado corte a aplicação de verbas em ensino de 2º e 3º graus, entregue esses níveis ao ensino pago e mantenha apenas minimamente o ensino básico. Covas mostra-se um aluno aplicado do imperialismo ao desfechar o mais brutal ataque ao ensino público.

Barrar as demissões com a luta

O método que Covas está utilizando para demitir é baseado numa avaliação absolutamente formal e

subjetiva. As questões, se respondidas diretamente, levam inevitavelmente à demissão. Além disso, permitem ao governo mapear os professores que participam das mobilizações, que serão os primeiros a serem demitidos. É claro que não adianta limitar a discussão aos critérios de avaliação, porque esta é formal, só serve de fachada para os cortes.

O ataque de Covas só pode ser brechado com a luta geral dos professores, funcionários e da comunidade, em unidade com o movimento operário contra o plano neoliberal de FHC e Covas. Por isso a Corrente Proletária na Educação defende a convocação da greve como um primeiro passo nessa direção.

Educação

O Ato do funcionalismo paulista em 15/09

O ato em conjunto convocado pelo CONSESP, não serviu para unificar a luta do funcionalismo, mas ao contrário foi usado como um método de pressionar o governo a voltar a negociar.

Vimos que a atuação das várias entidades que dizem representar o funcionalismo vem no sentido de frear a luta. Isto num momento onde Covas, implementando as medidas do plano imperialista, procura praticamente acabar com a educação e a saúde públicas.

A tentativa de forçar uma negociação via peso dos professores (o ato foi marcado em sequência a uma Assembléia dos professores, que estava esvaziada pois a APEOESP está mais preocupada com o seu próximo congresso do que com a luta) e da negativa das entidades em mobilizar suas categorias (a AFUSE marcou um ato às 11 da manhã na República, indo ao ato conjunto somente a direção; as entidades do judiciário nem apareceram no ato, muito menos convocaram), mostra-nos que a única

intenção destas é a de conseguir uma migalha a mais. Até o fechamento deste jornal, não tínhamos informes de como se encaminhavam as negociações, mas podemos prever que estas nada conseguirá e associada a desmobilização do funcionalismo levará fatalmente o governo a impor suas condições.

É importante deixarmos claro que a saída para o funcionalismo seria que a partir desse ato conjunto se colocasse por um plano de luta único do funcionalismo contra o plano de aniquilamento da responsabilidade do Estado com as questões sociais.

Esta mobilização deveria ser seguida da necessidade de se trabalhar com a unificação com os sindicatos operários mostrando a necessidade de organizar uma mobilização de todas as camadas oprimidas contra o Plano de Fome, que resulta no fim da educação e saúde públicas, no aumento do desemprego, no acirramento do problema da habitação popular, na ampliação do arrocho salarial, no aumento da

carestia etc.

Existe a necessidade de se constituir um movimento desta envergadura, mas as direções burocratizadas, que hoje estão mais preocupadas em dar sustentação à fração da burguesia que quer uma redução da taxa de juros, não é capaz de dar forma a este movimento.

Varrer a burocracia dos sindicatos é uma tarefa colocada, assim como a construção da Fração Revolucionária da CUT.

A implementação desta luta contra o Plano FHC e a unificação do funcionalismo passam por esta questão.



AFUSE: CONSESP, Uma Entidade Morta

Os Funcionários da Educação já participaram, em menos de um mês, de 2 atos desta entidade, que é formada pelos sindicatos do funcionalismo público (AFUSE, APEOESP, Judiciários etc.). Nestes atos os funcionários da educação puderam perceber que a unidade, a vida e a mobilização de forma unitária não passa por este CONSESP, que procura somente fazer pressão ao governo e ficar tomando cafezinhos em negociações intermináveis.

Os Funcionários da Educação estiveram no ato do dia 18/08 convocado pela AFUSE e pelo CONSESP, e ficamos horas esperando para ouvir do governo que este manteria o processo de avaliação e demitiria mesmo. No dia 15/09 voltamos a porta do Palácio convocados pelo CONSESP, desta vez com outras categorias do funcionalismo, mas a suposta unidade não ajudou em nada. Em

primeiro lugar a AFUSE tratou de dividir "convocando" um ato na Praça da República às 11:30 Hrs. e a APEOESP fazendo sua assembléia no Palácio: a confusão foi geral. É evidente que a burocracia utiliza disto para dividir, confundir e não mobilizar.

Mais uma vez o funcionalismo sai de um ato, assistindo as burocracias sindicais tomando café com o governo (com exceção da APEOESP, onde a assembléia votou contra a entrada e acabou por deixar o Roberto Felício muito nervoso). Enquanto isto nas escolas, hospitais, fóruns os servidores estão sendo demitidos, arrojados, obrigados a aumentar a jornada de trabalho e muito mais.

Mas o emprego dos dirigentes sindicais está garantido. É necessário derrubá-los e colocar em seu lugar uma direção de luta.

Fora com a burocracia do CONSESP!

Unidade na base!

Organizar a luta já!

Direção da Apeoesp propõe mais trégua ao governo Covas

Na Assembléia Estadual, realizada no dia 15/9, a diretoria da Apeoesp apresentou a proposta de aguardar até o dia 15 de outubro uma resposta do governo sobre as reivindicações. Por outro lado, Covas se mantém intransigente. Diz que não há nada a oferecer a curto prazo. Seu objetivo imediato é a reestruturação da rede escolar.

O governo do PSDB vem impondo a reforma no ensino. Para isso, realizou o cadastramento dos alunos das escolas públicas e iniciou as demissões de funcionários e professores. Já são 4 mil demitidos e a perspectiva é atingir 60 mil professores, 30 mil funcionários de escolas. Pretende, também, eliminar 500 mil alunos. O conteúdo central da reforma é a municipalização do ensino básico e a redução do número de escolas de quinta ao terceiro colegial. Ou seja, limitar ao máximo os gastos do Estado para com a educação.

Diante de tamanha ofensiva de Covas sobre os alunos, pais e, particularmente, sobre os educadores, a diretoria da Apeoesp propôs o recuo do movimento. Ou seja, se colocou contrária à

organização da greve, se opôs à convocação de nova assembléia para o dia 29/9 e foi contra romper com a Comissão governamental que discute a "Carreira". Enfim, defendeu que os professores aguardassem até o dia 15 de outubro. Se o governo se manter fechado às negociações, o Congresso (convocado para o final de outubro) discutiria um Plano de lutas para o próximo período. Essa é a prova mais contundente da política traidora das direções sindicais. O que fez a diretoria da Apeoesp foi conceder mais prazo para que Covas possa efetivamente impor as medidas de destruição da escola pública.

A grande maioria do professorado, presente à assembléia, foi arrastada pelo discurso conciliador de Roberto Felício (presidente da Apeoesp), que se posicionou radicalmente contrário à greve. Semear na classe mais ilusão na possibilidade de ainda arrancar alguma conquista salarial sem se chocar abertamente contra o governo. Colocou-se formalmente contra a reforma de ensino e enfatizou a luta contra as demissões no campo dos recursos jurídicos (Justiça burguesa). As derrotas econômicas dos últimos movimentos grevistas ainda soam fundo na classe e, por isso, uma boa parte do professorado ainda resiste em aprovar novamente a greve. A diretoria se apóia nessa parcela para defender as propostas de conciliação com o governo e de traição à luta dos trabalhadores.

A única ação que foi aprovada foi a entrega de um abaixo-assinado no dia 6 de outubro, um ato sem paralisação. Portanto, o magistério saiu da assembléia sem nenhuma ação de massa que pudesse fortalecer o movimento e preparar as condições para a luta conjunta com os demais trabalhadores contra os governos neoliberais.

A proposta de greve foi defendida por setores da Oposição, com exceção do PSTU. As propostas de "greve já" ou de greve a partir de 29 obtiveram poucos votos. A única vitória se deu em relação a não participação da Apeoesp na comissão de entidades do funcionalismo, que seria recebida pelos secretários de governo. O argumento de não à comissão e sim à abertura dos portões do Palácio para os alunos, pais e professores para uma negociação coletiva ganhou força na assembléia. Isso porque foi votada por todos os presentes (alunos, funcionários de escolas, judiciário e outros servidores). Como o governo não autorizou a abertura dos portões, o ato com pais, alunos e o funcionalismo se desfez em poucos minutos. A radicalização de uma parte de alunos não foi suficiente para arrastar o conjunto do funcionalismo para uma ação mais contundente contra o governo. A burocracia sindical se aproveitou para desfazer rapidamente com o ato.

Como vemos, por detrás de todo o discurso das direções, que se dizem contrárias à reestruturação do ensino e às demissões, está toda a orientação da política reformista que dirige a CUT e os sindicatos ligados ao funcionalismo. Ou seja, nenhuma ação de massa dos trabalhadores contra os governos privatistas. O jogo das negociatas, dos atos com o patronato (como o que ocorreu no ABC) e das intermináveis tréguas têm tomado conta dessas direções vendidas. É preciso organizar a fração revolucionária, no interior dos sindicatos, para varrer com a política traidora das burocracias sindicais e de fato organizar a classe para combater a política neoliberal, que se expressa nas demissões, privatização e entrega da economia nacional ao capital estrangeiro.



Manifesto da Corrente Proletária na educação, distribuído no ato de 15/09/95

Covas ataca fundo o magistério e a educação pública

É hora de ganhar as ruas, com grandes manifestações e aprovar a greve

O governo Covas (PSDB) é tão reacionário quanto os anteriores: utiliza-se da repressão para atacar o magistério e a educação pública.

Puniu os grevistas com a reposição de aulas no recesso. Vem perseguindo professores lutadores do movimento com as "sindicâncias", verdadeiras inquisições. Tem decretado medidas de arrocho, como 50% do HTP com alunos, e demitido funcionários e professores. Quer com a "reforma de ensino" municipalizar e privatizar. A reforma objetiva a demissão de 60 mil professores e 30 mil funcionários.

Não bastando essas medidas punitivas, Covas pretende reformular o estatuto do magistério, ou seja, eliminar as poucas conquistas. A Comissão técnica, que se formou no período da greve, já está com o plano pronto. É um verdadeiro atentado à vida funcional dos educadores. Como por exemplo, ampliar a jornada docente para 30 horas/aulas e 10 HTPs (sendo 50% deste com alunos). Na verdade, essa Comissão só tem servido para ludibriar as direções dos sindicatos, que num primeiro momento suspenderam a greve e, agora, esperam as migalhas nas negociatas com o governo.

A meta de Covas está clara: reduzir verbas para a educação às custas do magistério e do funcionalismo. A reestruturação do ensino paulista atende às diretrizes do governo neoliberal de FHC e do Banco Mundial. É uma aplicação das metas contidas no Plano Decenal. Por isso, cabe ao Estado unicamente a responsabilidade para com o ensino básico e o restante (2º grau, universidade) ficará à mercê das parcerias e da privatização.

Os trabalhadores em educação devem dar um basta à reforma privatista do governo do PSDB. Para isso, é preciso que as direções sindicais rompam imediatamente com as negociatas na Comissão Técnica. Que organize imediatamente o magistério contra a reforma de ensino e pela defesa do reajuste imediato de salário.

Paralisar as escolas. Organizar os professores, funcionários, alunos e pais para a grande assembléia do dia 15, no Palácio dos Bandeirantes.

Contra a farsa da reestruturação do ensino. Fim dos processos inquisitórios. Nenhuma demissão de professores e funcionários. Pela reposição das perdas salariais. Pelo salário mínimo vital (hoje em torno de 1000 reais) por 20 horas semanais. Preparar a greve, essa é única forma de resistir aos brutais ataques do governo Covas.

Avaliação de Covas é a arapuca para justificar as demissões

Covas iniciou as demissões. Para demitir os funcionários e professores, criou uma avaliação. As questões são referentes à assiduidade, relacionamento, qualidade do trabalho, responsabilidade, atenção, utilização do material e outras idiotices. A avaliação, em forma de teste, é uma arapuca. Não guarda relação alguma com o real. Quanto mais a resposta for próxima da verdade, o funcionário está errado. Baseia-se na lógica formal mais rasteira, elaborado por típicos burocratas de gabinete, cuja única finalidade na vida é encontrar formas de perseguição aos explorados.

Como se vê, Covas está disposto a pôr no olho da rua os já miseráveis funcionários de escola e os professores. Os sindicatos têm orientado os demitidos a entrar com processo na Justiça burguesa. Por essa via, não barraremos a ofensiva desse governo sujo. A paralisação das escolas, as grandes manifestações de rua e a greve por tempo indeterminado são os instrumentos dos trabalhadores para enfrentar essa víbora, que é Covas.

Corrente Proletária na Educação
setembro/95

Judiciário

A Necessidade da Construção de Uma Direção de Luta

A categoria do judiciário, apesar de ter vivenciado um período rico a nível de experiências sindicais, sofre as conseqüências da desintegração do SINJESP. Essa desintegração foi levada a efeito pelas últimas duas gestões de sua direção, composta por militantes e simpatizantes de várias organizações políticas (*Convergência Socialista*, atualmente no PSTU; *Causa Operária* etc.) que não se colocaram por um programa de luta com objetivos claros, onde fosse possível a formação de uma frente única, onde apesar das posições políticas divergentes a democracia sindical reinasse, vindo de encontro aos interesses dos funcionários. Tal política não ocorreu, levando o sindicato ao imobilismo.

Hoje, no momento em que o governo quer acabar com as conquistas históricas do funcionalismo, com o objetivo de implementar um plano entreguista ao imperialismo, a *Frente Judiciária* (que se organizou em torno do Boletim *Alerta Judiciários*), que se constituiu em função do vazio de direção deixado pelo desaparecimento do SINJESP, tem por objetivo reorganizar a categoria, visto que as "entidades" que dizem representar os judiciários não estão dispostas a mobilizar a classe para uma luta conseqüente contra o fim da estabilidade (vide que nem sequer apareceram no ato do CONSESP). Essa frente deve ter por objetivo reorganizar a categoria, para num primeiro momento lutar contra as medidas repressivas do governo. Essa árdua tarefa de reorganização terá em breve o reconhecimento da categoria, isto se a frente conseguir dar respostas claras e concretas às questões básicas da categoria.

Educação



Conferência Nacional do Funcionalismo: Organizar a ação direta das massas contra o Plano de FHC

Foi aprovado na Plenária Nacional da CUT a realização de uma Conferência Nacional do Funcionalismo, nos dias 23 e 24 de setembro. O objetivo é discutir a Reforma Administrativa e do Estado e aprovar um plano de lutas em nível nacional para responder aos ataques dos governos.

A Reforma administrativa tem como essência a demissão em massa dos funcionários públicos e a privatização de inúmeros serviços, tanto na área da educação quanto na saúde. O tão falado "enxugamento" da máquina administrativa visa fundamentalmente demitir uma grande parcela de funcionários e ampliar a jornada de trabalho (superexploração). Não toca na enorme corrupção da cúpula estatal, responsável pelo desvio de di-

nheiro público, contratos superfaturados com as empreiteiras, favorecimentos (clientelismo) e outras inúmeras falcaturas.

A redução dos gastos do Estado para com os serviços públicos é uma exigência dos credores internacionais. O FMI e seus parceiros, como o Banco Mundial, exigem os cortes de verbas para as áreas sociais, para que o Estado semicolonial (Brasil) possa continuar pagando os compromissos da dívida externa. O governo FHC, ao impor a reforma administrativa e do Estado, cumpre integralmente com as diretrizes traçadas pelos países imperialistas. A meta de demitir quase 2 milhões de funcionários públicos vem no sentido de eliminar os serviços considerados essenciais para a população. E, ao mesmo tempo, acelerar a privatização.

Apesar de aparecer morosa a aprovação da Reforma administrativa, na verdade ela já está sendo colocada em prática. Haja vista as demissões de funcionários em quase todos os estados. Em São Paulo, Maluf já aprovou o PAS (Plano de Atendimento à Saúde) que objetiva a privatização de toda a rede municipal de saúde. Covas, com a reestruturação da rede escolar,

pretende demitir 60 mil professores e 30 mil funcionários de escolas e fechar 600 escolas. No Ceará, Jereissatti já aprovou a municipalização do ensino, como um primeiro passo para a privatização. Fernando Henrique Cardoso obrigou a ampliação da jornada de trabalho do funcionalismo para 8 horas, sem aumento de salário. Como vemos, os governos estão a todo vapor impondo a Reforma neoliberal.

A Conferência Nacional do Funcionalismo tem uma tarefa central: exigir que a CUT rompa com a política de conciliação de classes e organize o movimento nacional dos trabalhadores contra o Plano de FHC. De nada valerá mais uma Conferência se não for para organizar a ação direta do funcionalismo e a sua unidade com a luta dos operários e camponeses. A via das negociatas, dos atos com o patronato, das via-sacras à Aparecida do Norte etc só tem resultado em derrotas para o conjunto dos trabalhadores. Eis aí porque o governo ainda se encontra com as mãos livres para golpear as massas oprimidas.

Aprovado na Câmara Municipal de São Paulo o PAS, que destrói a saúde pública

O Plano de Atendimento à Saúde (PAS) é parte da política pró-imperialista na Prefeitura do Município de São Paulo. A chamada "gestão compartilhada" ou "cooperativa de médicos, enfermeiros e funcionários" tem por objetivo a privatização da assistência médica de cerca de 3 milhões de paulistanos, que utilizam os hospitais da cidade. Pelo projeto, a prefeitura passará a administração dos postos e hospitais a cooperativas de funcionários licenciados,

que receberão apenas 10 reais por mês por cada cidadão cadastrado. É evidente que o dinheiro será insuficiente, e as empresas de saúde arrebatarão as cooperativas das mãos das cooperativas endividadas. Trata-se de um atalho para a privatização da saúde, que passará pelo sucateamento.

O suborno a vereadores do Partido Liberal, em troca de cargos na Regional do Jabaquara e de Itaqueira, a abstenção dos votos de 20 vereadores, inclusive do PT e PCdoB, favoreceram a aprovação do projeto.

A forma autoritária como está sendo instituído o PAS demonstra as pressões das empresas de seguro-saúde, as multinacionais de medicina de grupo, que visam lucrar com o dinheiro do governo, ou seja,

da população assalariada.

A exemplo do que ocorreu na CMTC, (de 28 mil, apenas 2 mil continuam como funcionários municipais) os funcionários serão "reaproveitados", as instalações e equipamentos serão transferidos, a Prefeitura arca com as despesas de manutenção e remunera a nova administradora.

Essa é a política antinacional e antipopular do prefeito Paulo Maluf, que entrega o controle administrativo estatal da saúde. O caminho para combatê-la é a luta do movimento popular juntamente com o movimento operário contra o plano neoliberal destruidor dos serviços sociais públicos em favor do capital financeiro.

Nacional



Nos dias 12 a 15 de outubro acontecerá o Congresso do Sindicato dos Servidores Federais do Ceará. Publicamos abaixo trechos da tese da Corrente proletária no SINTSEF

Pela Construção de uma Corrente Proletária no SINTSEF

Conjuntura Internacional

A conjuntura internacional mostra que a política neoliberal adotada em quase todos os países do planeta só têm levado ao agravamento da crise econômica e social. No Brasil, a quebra do Banco Econômico e as demissões mostram que o governo procura manter a farsa que é o Plano Real às custas de um sacrifício, ainda mais intenso dos trabalhadores.

Nos países do antigo bloco soviético, a política de tentar restaurar o capitalismo traz conseqüências desastrosas para os trabalhadores. Em muitos destes países os trabalhadores mostram uma resistência cada vez mais evidente as tentativas de restaurar o capitalismo.

Na ex-Iugoslávia, com o deslocamento do poder político abertamente para o campo da restauração do capitalismo veio uma guerra entre distintas frações da burocracia por trás destas frações atuam diversas potências imperialistas em seu objetivo de ganhar influência na região. Todas essas frações são inimigas declaradas dos trabalhadores.

A guerra é a ingerência das grandes potências na região. Seja através do embargo de armas (que favorece os sérvios), ou pelo uso de tropas. Isto porque a guerra fomenta o mercado negro, desorganiza a produção social e brutaliza os trabalhadores favorecendo a restauração capitalista.

A única alternativa para os trabalhadores bósnios, sérvios e croatas é o levante contra os restos da burocracia estalinista que mergulham o país na guerra civil. Somente um governo operário (ditadura do proletariado) pode garantir a unidade socialista, através da livre cooperação entre as nacionalidades.

Fora com o imperialismo (ONU e OTAN dos Balcãs)!

Pela autodeterminação dos povos!

Pela autodefesa de todos os povos contra os bandos armados a serviço da restauração capitalista!

Derrubar a burocracia e os novos burgueses. Por um governo operário!

Por uma Federação Socialista Iugoslava baseada na autodeterminação nacional!

Em Defesa da Revolução Cubana

Frente ao feroz bloqueio econômico, capitaneado pelo imperialismo norte-americano, a burocracia cubana conclui a experiência de "socialismo num só país" mediante o apoio a restauração da economia de mercado. Setores importantes como: o turismo, energia e outros, pas-

sam para o controle de capitais estrangeiros. A última investida pro-imperialista da burocracia cubana, prevê que o Estado apenas se responsabilize por saúde e educação. Isso traz grandes privações para os trabalhadores cubanos. A prostituição, o desemprego, a violência urbana e a opressão acompanham o processo de restauração capitalista.

As raízes de tal tragédia nascem da estratégia contra-revolucionária do castroismo (estalinismo), virando as costas para a necessidade da internacionalização da revolução proletária. Todos os males que estão sofrendo os trabalhadores cubanos agora, são conseqüência dessa traição e do desespero da burocracia para manter-se no poder.

A revolução política, apoiada no proletariado revolucionário internacional, é a única saída para os trabalhadores cubanos defenderem suas conquistas e quebrarem as garras do imperialismo. Assim, a defesa de Cuba frente a agressão imperialista deve passar pela defesa das conquistas sociais do povo cubano e pela condenação da política restauracionista do governo cubano.

Abaixo o bloqueio imperialista a Cuba!

Abaixo a teoria do-socialismo num só país que conduz à restauração capitalista!

Pela Revolução Política! Estruturar a vanguarda sob um programa proletário socialista, internacionalista!

Conjuntura Nacional

A situação está marcada pelo avanço da implantação do plano neoliberal, que por seu conteúdo é antinacional e antipopular. 18.Novos passos da reforma já estão delineados:

Quebra da aposentadoria por tempo de serviço;

Privatização da Previdência Social;

Eliminação da estabilidade do funcionalismo público;

Aumento dos impostos sobre as massas (Reforma Fiscal).

Com a implantação da mal chamada "livre-negociação" está evidente que o governo pretende confiscar parte da reposição das perdas salariais ocorridas com o Plano Real. E não é só isso: objetiva-se controlar mais ainda as greves e liquidar com os sindicatos.

Ao mesmo tempo mantém-se o congelamento salarial por um ano e todas as limitações ao direito de greve, acrescido da quebra da estabilidade do funcionalismo. A nova lei salarial não só facilita o aumento da taxa de exploração como traz

embutidas formas de controle totalitário sobre os sindicatos.

A abertura do mercado reflete as pressões da crise de superprodução mundial e a guerra comercial entre as potências imperialistas. Enquanto estas praticam o protecionismo em suas economias, exigem dos países capitalistas semicoloniais a abertura total de suas fronteiras. O que num prazo médio significa substituir a produção interna pela externa. A abertura de mercado e as privatizações conduzem a desnacionalização e ao sucateamento de parte da indústria interna com desemprego massivo.

Os efeitos maléficos do Plano Real já se fazem sentir. Depois de um curto período de euforia consumista, a depressão retoma sua marcha. A concentração de riquezas cresceu sem precedentes, milhões de trabalhadores e pequenas empresas estão com a corda no pescoço.

A moeda nacional forte é um artificialismo monetário que só muito provisoriamente se sustenta. Para manter as reservas cambiais remunera-se o capital especulativo internacional. As altas taxas de juros alimentam o parasitismo financeiro enquanto mutila-se a educação, saúde, salários e toda a infraestrutura do país.

A quebra do estatismo, a abertura do mercado, a lei de patentes e o aumento do endividamento mostram que a política de FHC ataca a soberania nacional, já limitada pelo sistema imperialista de dominação.

Os reformistas, estalinistas e ex-estalinistas com sua representação parlamentar e a vasta burocracia sindical têm se curvado perante a ofensiva neoliberal. Declaram-se opositores às reformas antinacionais e antipopulares, porém participam da farsa das votações no Congresso corrompido, a ponto de votarem a favor da emenda do gás no primeiro turno.

Movimento Operário



Demagogicamente o PT vem se apoiar a realização de um referendun popular sobre as reformas econômicas na constituição.

O plebiscito significa disputar a luta no campo da burguesia que têm a seu serviço os currais eleitorais e os meios de comunicação para enganar as massas.

Os trabalhadores precisam sair às ruas, manifestar-se através de seus próprios métodos e construir uma poderosa greve geral por tempo indeterminado para por abaixo o governo FHC e seu plano de miséria e fome.

Movimento Operário



Estratégias políticas do SINTSEF-CE junto ao movimento sindical e popular;

O SINTSEF deve cumprir o papel de centro organizador, foco de agrupamento dos servidores públicos, capaz de dar-lhes sua primeira educação classista. Deve se assumir a luta pela supressão do próprio sistema de trabalho assalariado, portanto não pretender ser "neutro" ou "apolítico". O que é impossível numa sociedade dividida em classes antagônicas.

As estratégias políticas do SINTSEF, devem estar subordinadas a luta anticapitalista e a defesa intransigente das condições de vida dos assalariados, ou seja, à independência de classe, que é a expressa pela política revolucionária do proletariado.

Atualmente, no movimento sindical e popular, a mobilização contra os patrões é rejeitada cada vez mais pelas direções reformistas e burocráticas, que preferem a conciliação de classe ("Frente da Cidadania", "Comunidade Solidária", "Câmaras Setoriais", etc.). Isso ocorre porque a ação direta das massas opõe-se à burocratização dos sindicatos e entidades populares.

O comprometimento do SINTSEF com a construção da FRA (Frente Revolucionária Antiimperialista) é o único caminho para desenvolver uma ação política con-

seqüente junto ao movimento sindical e popular. Pois, tal mecanismo sintetiza os interesses dos assalariados, camponeses, desempregados e camadas médias arruinadas. Através da luta direta e da defesa da vida das massas, combate a burocracia, o reformismo, a ofensiva imperialista neoliberal, e portanto, o próprio capitalismo.

Assim estarão garantidos, no SINTSEF, a democracia sindical e a independência de classe, que podem garantir para os servidores públicos, aliados aos operários e camponeses, a vitória contra a ofensiva neoliberal e o triunfo da revolução proletária.

Balanco da Organização e da luta dos Trabalhadores do Serviço Público Federal.

Existe um ponto positivo neste balanço: o SINTSEF realizou vários cursos de formação política na capital e em algumas cidades do interior. Esses cursos, no entanto, precisam ser melhorados no que se refere ao aprofundamento da discussão política.

No geral, entretanto, há muitas falhas e limitações da atual direção do movimento dos servidores em todo o país. A atual direção de nosso sindicato, a nível estadual, ainda vacila: no segundo congresso do SINTSEF, realizado em setembro de 1993, conseguimos aprovar uma proposta de um fórum de discussão sobre a unificação dos servidores federais, estaduais e municipais e ao que nos consta, nenhuma iniciativa prática foi tomada neste sentido por parte da diretoria colegiada do SINTSEF a fim de materializar essa idéia em nosso Estado. O SINTSEF deu apoio político a chapas que concorreram sem travar uma discussão com a base dos servidores em nosso Estado. Esta discussão deveria ter se dado em uma assembleia geral ou no Conselho de Delegados de Base a fim de que pudéssemos avaliar se realmente era correto ou não apoiá-las, como por exemplo a chapa 2 que ganhou a eleição para a diretoria do SINPRECE e que até o momento nada fez para impulsionar a luta dos servidores junto com os demais trabalhadores do serviço público, nem para unificar as entidades de luta dos servidores públicos.

Outro ponto negativo é a hipertrofia do setor jurídico na vida do sindicato. Precisamos de um sindicato que priorize a luta direta em vez da luta legal. Isso só é possível se existir uma direção que mostre aos trabalhadores que as leis refletem uma determinada conjuntura histórica e que hoje é preciso fortalecer como nunca a luta política dos trabalhadores para impedir que o governo ponha no papel leis cada vez mais draconianas.

É lamentável que os servidores tenham sido induzidos de alguma forma a escolher tão mal seus dirigentes, os quais ficam esperando que a base se manifeste e lute espontaneamente sem ter a certeza de que os seus dirigentes estão realmente

dispostos a impulsionar e apoiar concretamente a luta dos trabalhadores. Resta a nós construirmos os comitês de base e passarmos por cima dessas direções reformistas incoseqüentes e construirmos a greve dos servidores federais na perspectiva da construção da Greve Geral de todos os trabalhadores para derrubar o projeto neoliberal de FHC e seus aliados. Tudo vai depender de nossa disposição para a luta.

Plano de Lutas

Precisamos ter claro o objetivo de derrubada integral do plano neoliberal. Ficar propondo alternativas é capitular, o que conduz à desmobilização dos trabalhadores e conseqüentemente à derrota.

O SINTSEF deve se empenhar pela construção da Frente Revolucionária Antiimperialista que unifique a maioria oprimida contra o plano neoliberal.

Propomos as seguintes bandeiras para unificar as lutas da maioria nacional oprimida em torno da Frente Revolucionária Antiimperialista:

Implantação do salário mínimo real, hoje de 1.000 reais;

Reajuste mensal automático de acordo com a inflação presente;

Repor todas as perdas ocorridas com os vários planos;

Redução da jornada de trabalho para 6 horas sem redução de salário, e progressivamente para menos, até que todos tenham trabalho;

Terra aos camponeses pobres, o que só será possível com a expropriação do latifúndio;

Aposentadoria aos 30 anos, de serviço para os homens e 25 para as mulheres;

Defender a manutenção da estabilidade dos servidores públicos e estendê-la a todos os trabalhadores;

Ensino público, laico, gratuito e autônomo em todos os níveis para todos, monopólio estatal da educação;

Estatização de todo o sistema de saúde;

Teto aos sem moradia, a partir do confisco de todas as grandes propriedades urbanas;

Nenhuma privatização, reestatização do que já foi privatizado e estatização de todo serviço terceirizado no setor estatal;

Não pagar a dívida externa e interna aos grandes agiotas, estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores;

Por um governo Operário e Camponês através da insurreição das massas;

Temos visto que os corruptos (Collor e outros) são inocentados pela justiça burguesa e as CPIs são um engodo; os trabalhadores devem impulsionar a construção de Tribunais Populares contra os corruptos e contra os grupos de extermínio (Candelária, Vigário Geral, Rondônia, etc.).

Construamos Comitês Permanentes contra a Opressão Social e Política para denunciar e combater a repressão administrativa, policial e os bandos fascistas, construamos grupos de autodefesa dos trabalhadores do campo e da cidade.

É o necessário construir os comitês contra a opressão social e política

A sociedade de classe é violenta por natureza. Os capitalistas para manterem a exploração e o regime de fome se utilizam das armas. O Estado e o governo são uma máquina de ataque aos explorados, por isso é bem armado. Eles são responsáveis por manter a ditadura de classe da minoria opressora sobre a maioria oprimida. A polícia e o exército são protetores da propriedade capitalista e da exploração do trabalho.

Não é por outra razão que o direito de greve é mutilado e quase sempre os movimentos são combatidos pela força. O governo dito democrático de FHC mostrou sua verdadeira face totalitária contra os operários.

Neste momento, ainda está borbulhando em nossas mentes o massacre dos sem-terra de Rondônia. Polícia e capangas foram lançados contra os camponeses numa operação sanguinária. Tudo para restabelecer a propriedade latifundiária de um rico capitalista. Mais do que isso. Tudo para mostrar que a propriedade burguesa será defendida com a violência reacionária do Estado.

Não se trata de nos horrorizarmos diante dos atos de barbárie contra os explorados, os reformistas e piedosos é que ficam se lamentando da violência da luta de classes e, ao mesmo tempo, se unem aos capitalistas para manter a exploração do trabalho. De onde nascem a fome, a miséria, a degeneração física e mental dos trabalhadores. Pregam o pacifismo e a democracia dos algozes. O que quer dizer manter os explorados e famintos a mercê dos lobos.

Não deve ser essa nossa conduta. É nosso dever organizar um movimento de denúncia e mobilização contra a violência estatal e particular dos capitalistas, como parte da auto-defesa dos oprimidos. A formação de comitês contra a opressão social e política é um meio a ser utilizado. Devem se espalhar por todo

país, serem independentes de qualquer organismo dos opressores e permanentes. Isto é, devem realizar campanhas constantes de apoio às lutas, nelas estarem metidos e prontos para reagirem diante da repressão.

Um chamado aos lutadores

Chamamos todas as correntes, sindicalistas, classistas, ativistas, trabalhadores e estudantes a constituírem os comitês contra a opressão social e política. Chamamos a realizarem uma ampla campanha de defesa das ocupações de terra, das greves e manifestações. Chamamos a discutirem uma plataforma de luta e a unidade grevista de todos explorados.

Debate discute violência contra sem-terra e contra a educação

No dia 9 de setembro ocorreu no Comitê Contra a Opressão Social e Política o debate sobre a Questão da Terra e a Violência no Campo com a participação de vários companheiros do movimento dos sem-terra e do movimento estudantil.

No dia 23 de setembro sábado às 19 hrs. haverá outro debate no Comitê que terá como tema a Educação. O debate ocorrerá na Avenida Alda nº 406 Diadema.

Movimento Operário



Movimento Socialista pela Terra vai ao Governo

Dia 12/09, 13 ônibus do movimento se dirigiram até o Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo.

Como sempre, o governo queria atender somente uma comissão. Os políticos burgueses fazem sempre isso, tentando se livrar da pressão dos assalariados unidos na mobilização. O movimento rejeitou a proposta e adentrou o palácio.

Mais uma vez o governo tentou fazer uma negociação através de uma comissão, e os sem-terra se levantaram e puseram-se a gritar que nas eleições não são só os representantes que votam. Com sua pressão, obrigaram o governo a atendê-los.

Novamente, a secretaria apareceu com uma proposta de mutirão, que foi rejeitada pelos sem-terra. O mutirão obriga o assalariado a trabalhar também nos finais de semana e estende a duração da obra. O movimento tem defendido a for-

mação de frentes de trabalho, pagas com salários, que ajudam a combater o desemprego e aceleram a construção das moradias. Acuado, o representante do governo propôs que se tirasse uma comissão para se dirigir até o CDHU para acertar um financiamento com verbas do FGTS. Foi respondido que os sem-terra iriam dormir no local.

No fim, o governo se comprometeu por escrito em comparecer a uma assembléia do movimento para levar os encaminhamentos do financiamento. O movimento aceitou a luta e continuará no dia 18/09, às 19 horas, na Associação Centro Comunitário do Serraria. As reivindicações do movimento:

- Continuidade da construção dos apartamentos
- Financiamento de lotes urbanizados
- Imediata entrega das chaves dos apartamentos prontos
- Obras públicas do conjunto Vila Socialista

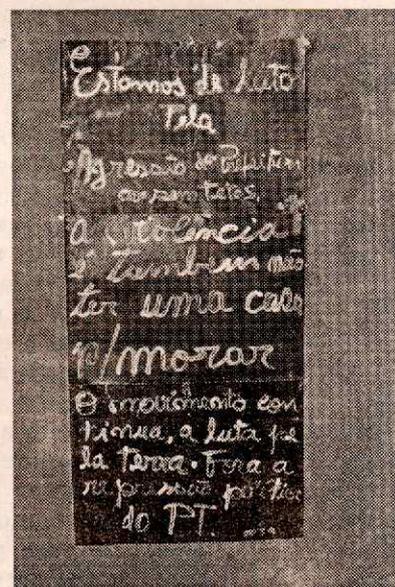
Protesto na Praça Kaleman

O Movimento dos Sem-terra do Campanário realizou no dia 20 de agosto um protesto contra a politicagem do prefeito Filippi e de seu partido o PT, que em uma festa supostamente promovida para levar cultura. O problema é que o local foi palco de uma violenta chacina quando 7 jovens foram baleados, sendo que 6 perderam a vida.

A Praça Kaleman não é lugar de alegria pois, depois de todos estes anos continua sendo um local sem nenhuma segurança.

O Sr. Filippi gosta de gastar o nosso dinheiro arrecadado com os impostos em praças vistosas, mas quando vamos procurar nossos direitos joga a PM sobre nós.

Com certeza porque pensa que as praças podem gerar votos nas eleições, enquanto a miséria da população continuará cada vez maior.



Os Primeiros Trotskistas do Brasil - VI

Dando continuidade a história do trotskismo no Brasil vamos comparar a atuação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em relação à Frente Única Antifascista (FUAf) discutida nos números anteriores e mostrar o papel do estalinismo no processo de repressão que se deu após a tentativa de putsch de 1935.

A ANL, Prestes e os Desvios Estalinistas.

A Internacional Comunista, em agosto de 1934, acenava com a possibilidade de formação da Frente Popular Internacional Contra o Fascismo, uma aliança com os inimigos de ontem, a social-democracia, numa frente onde poderiam convergir os elementos liberais da burguesia, e até mesmo os conservadores antifascistas. Armava-se da tática de colaboração de classes, em que o proletariado se submeteu à burguesia na frente política

Para fazer com que todos partidos estalinistas se adaptassem a essa nova guinada, o VII Congresso da Internacional Comunista foi adiado. Mas como a maioria dos PCs da América Latina já haviam enviado seus representantes, resolveu-se por realizar uma Conferência Latino Americana em Moscou.

Nessa conferência, mostrou-se pela primeira vez a nova linha da frente popular de colaboração de classe. A discussão recrudesciu, pois era uma guinada muito dura, do sectarismo exacerbado do último período para a capitulação perante a burguesia. Por fim, acordou-se que a política geral de frente popular poderia ser contrabalançada em determinados países com a insurreição. Desta forma, enquanto se impulsionaria a Frente Popular no Chile, se aceleraria a marcha para o levante armado no Brasil.

A partir dessa dire-

triz, foi iniciada uma campanha pelo desenvolvimento do movimento. Em março de 1935, fundou-se a Aliança Nacional Libertadora, que tinha como programa: a) a luta contra o fascismo; b) a suspensão do pagamento da dívida externa; c) a nacionalização das empresas imperialistas (tomando o cuidado de frisar que isto não significaria a liquidação da propriedade privada dos meios de produção, nem a sua tomada sobre o controle operário das fábricas e empresas nacionais); d) entrega das terras dos latifundiários aos camponeses pobres; e) instalação de um governo popular (de acordo com as teses do Bloco das Quatro Classes). Prestes, mesmo estando em Moscou, foi aclamado presidente honorário.

Os trotskistas atuaram no interior dos núcleos de base da ANL, mas colocaram abertamente a crítica à direção do movimento e ao método oportunista que ela pregava, indicando que a frente deveria ser dirigida pelos operários e não pelos ex-tenentes e a seus métodos golpistas, como vinha acontecendo. O que de fato se mostrou correto.

A anistia de 1934 fez com que os membros do PCB nas Forças Armadas retornassem aos seus antigos postos. Novamente atuantes, conseguiram canalizar o descontentamento presente no Exército, principalmente através das páginas do jornal "União de Ferro", a fim de lutar contra as relações de antagonismos existentes na própria instituição: "De um lado os agaltonados, lacaios das camarilhas dominantes, saídos de sua maior parte, senão toda, das camadas abastadas e de outro lado soldados, cabos e sargentos, saídos do proletariado, do campesinato e das camadas laboriosas da população" (nº 150/março de 1935).

Com relação ao movimento grevista, a ANL o apoiou de forma esporádica; sua ação mais conhecida foi a ajuda com víveres e dinheiro aos grevistas da Tecelagem Ítalo-Brasileira, em São Paulo, em junho de 1935, quando 1500 operários se opuseram à redução dos salários, e se estendeu ao Cotonificio Crespi, à Fábrica Musseline e aos ferroviários. Mesmo com a formação de vários núcleos industriais neste movimento, não conseguiu desenvolver a luta e a organização dos operários deste setor.

Em abril, Prestes retornou ao país clandestinamente com o objetivo de avançar na organização do golpismo. Entre maio e junho, as críticas trotskistas produzem seus primeiros frutos, João Barreto Leite gerou uma pequena divisão no Partido Comunista, por discordar do aventureirismo putschista. Junto deste ficaram Febus Gikovate, Augusto Marino, e os irmãos Besouchete.

Em 5 de julho, Prestes conclamou os antigos correligionários da antiga Coluna a engrossar a ANL, referindo-se a esta como continuadora dos combates iniciados em 22/24, pela liberação do país do julgo imperialista. Em seus comícios, alardeou a idéia de que amadurecia na consciência das massas a tomada do poder, colocando as consignas: "Abaixo o Governo Odioso de Vargas" e "Todo Poder a ANL".

Temendo a generalização do movimento e se utilizando da Lei de Segurança Nacional, recém-decretada, Vargas extinguiu a ANL, 12 de julho. Não se produziu a grande reação esperada pelo PCB contra o fechamento da ANL. Esta passa para a clandestinidade, se afastando dela a maioria de seus militantes. Enquanto isto, Fernando de Lacerda apresentava, em agosto, seu relatório sobre o Brasil para o VII Congresso da IC, informando que "milhões de brasileiros se reúnem em torno dos comunistas", e que "o povo enfurecido com a ação do governo contra a ANL agitam greves e acorrem aos milhares, aos novos comícios". Com base neste informe a IC tira como resolução o acerto da linha e a necessidade de continuar sua implementação como aprovado na Conferência Latino-Americana. Ao final do Congresso, Prestes foi indicado para o Comitê Executivo da IC.

No Brasil, o grupo de Barreto Leite conseguiu apoio para suas posições da direção do Sindicato dos Bancários do Rio. Em 26 de outubro, levaram suas posições para a direção e foram sumariamente expulsos. Neste momento, por pressão da IC, Prestes foi cooptado para o CC, e para o Politburo do PCB.

No próximo número daremos continuidade apresentando o putsch de 35 e a repressão que se seguiu.



Outra vez sobre a luta heróica dos cocaleiros contra as forças repressivas do governo americano

Panorama: camponeses de base lutando e assassinados porque defendem seu direito ao livre cultivo da coca

O panorama de Chapare e do Parque Isidoro Secure é impressionante (talvez aterrador) e muito sugestivo. No campo de batalha (os camponeses de base empunhando os fuzis) lutando e assassinados, as mulheres opondo sua coragem como muralha contra os invasores. Por que e para que?

Trata-se de uma luta instintiva, em grande medida, de maneira inevitável, necessária (questão de sobrevivência) e que, por isso mesmo, contém em germe o objetivo estratégico dos cocaleiros: direito a plantar a folha de coca e que ninguém pode tomar-lhes. Faz tempo que desde as bases se incorpora a lição: "nós plantamos a folha de coca e a vendemos a quem queira comprar, não importa que o comprador seja narcotraficante ou qualquer outra coisa".

Expressando politicamente esse impulso instintivo temos dito e agora repetimos como aporte à luta dramática que se leva: há que se impor, seguindo o caminho da ação direta que nos assinalam os cocaleiros, o direito ao livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca e que nenhum poder ou governo pode por em dúvida.

Pode ser que nas regiões cocaleiras se venha repetindo um dos traços diferenciais do movimento camponês, o localismo, o esforço de encerrar-se nos limites da vizinhança, quando a questão da coca-cocaína é nacional e internacional. A tarefa do momento é potenciar e superar a luta dos cocaleiros e somente se pode fazê-lo rompendo o localismo, o impulso elementar dos camponeses.

Os camponeses estão gritando um aspecto fundamental: "este problema (de vida ou morte) nós mesmos o resolveremos, com nossas próprias mãos". A burocracia inútil e corrupta desvirtua todos os dias esta tendência poderosa e correta

difundindo sua consigna da paz a todo custo e da substituição da violência revolucionária pelo diálogo enganador e que para o governo é a máscara que encobre seus crimes.

A resposta correta e que não desvirtua o impulso das massas (os líderes e os políticos não devem desvirtuá-la, sepultá-la ou deformá-la) é a obrigação revolucionária de generalizar essa luta, convertê-la em nacional e internacional. Ninguém pode dar-se a liberdade de ignorar que a defesa dos cocaís, que é tudo ao contrário dos planos imperialistas de extirpação do narcotráfico à custa da ruína e eliminação física dos camponeses, é a defesa do direito à vida e da autodeterminação nacional frente à política colonialista, de opressão e saque da nação opressora, do imperialismo.

Estados Unidos pressionam para que governo boliviano erradiquem a coca mais rapidamente. Que se utilizem os recursos de saúde e educação para isso

Desta vez os lacaios, que defendem os interesses da antipátria, vêem-se privados do pagamento pelos seus serviços sujos.

O governo burguês de turno não apenas sacrifica os interesses nacionais, mas inclusive os de seus próprios servidores, dos uniformizados que são levados à zona de Chapare para destruir os cocaís. Presenciamos uma semi-rebelião dos policiais que morrem de fome, que estão mal pagos, o que lhes empurra a saquear o pouco que têm os camponeses pra poder sobreviver. O bandido Sejas sustenta muito à vontade que se paga na mesma proporção da pobreza do Estado. Mas os serviços que prestam não são em benefício do Estado boliviano, mas diretamente do imperialismo norteamericano.

Como podia ser de outra maneira, as Nações Unidas se somaram totalmente aos planos e conduta dos Estados Unidos. Limitam-se a repetir servilmente que não haverá

nem mais um centavo para que se trabalhe buscando acabar com a destruição de todos os cocaís.

Alguns ingênuos creem que a ONU é um poder independente e inclinado a defender os direitos e a vida dos mais fracos, dos ameaçados de perder seus direitos pela opressão estrangeira. A realidade é exatamente o contrário, a ONU é instrumento do imperialismo, é uma cova de bandidos, como em seu momento disse Lenin, referindo-se à Liga das Nações.

Goni é pouco inteligente, ainda que cínico e sem-vergonha, como bom movimentista, decidiu empregar na destruição dos cocaís o dinheiro que corresponde à saúde e educação, já mal atendidos.

A burocracia pede paz para avaliar a destruição dos cocaís

A burocracia se aparta da luta dos cocaleiros e proclama que seu objetivo é a paz social e a destruição dos cocaís (inseparável do massacre dos camponeses), por isso pede diálogo com ministros e com um governo assassino. É uma traição aos camponeses.

(Texto de Guillermo Lora, extraído de *La Colmena* nº 1284, de agosto de 1995)

Internacional



Fora o imperialismo da ex-Iugoslávia!

Em defesa da autodeterminação das nacionalidades

As tropas americanas iniciaram um ataque às posições sérvias na Bósnia. Depois dos ataques de ingleses e franceses, os americanos dispararam mísseis dos navios próximos à região. Foi por água abaixo o discurso de defesa da paz na região. O imperialismo age agora diretamente, com suas armas e bombas, para determinar o destino do conflito.

O governo russo rejeitou formalmente o ataque aos eslavos sérvios, mas logo em seguida passou a colaborar com o imperialismo na elaboração de um plano de paz para a região. O plano imperialista submete todas as nacionalidades à opressão estrangeira. O governo de Yeltsin, ao colaborar com o plano da ONU, mostra sua face

pró-imperialista e restauracionista do capitalismo.

Enquanto o imperialismo estiver na região, não haverá paz nem autodeterminação. Qualquer cessar fogo nessas condições será imposto com a força armamentista imperialista, e manterá as nações submetidas umas às outras e todas ao imperialismo.

O caminho para acabar com a guerra civil na ex-Iugoslávia passa pela expulsão do imperialismo na região, e pela derrubada das frações burocráticas (estalinismo falido) que mantêm-se no poder e disputam a hegemonia na região, apoiadas nas frações do imperialismo.

A autodeterminação e livre cooperação entre as nacionalidades depende da luta antiimperialista e anticapitalista, que se materializa na revolução proletária.

Internacional

Tende a agravar-se a crise do sistema bancário boliviano, expressão da bancarrota do sistema capitalista

Os capitalistas usam os bancos para enriquecer-se rápida e imoralmente à custa dos depositantes e poupadores

O governo de Goni interessado em fortalecer o sistema bancário como um dos pontos da privatização

A crise do sistema financeiro boliviano se expressa através da desconfiança crescente da opinião pública acerca da honestidade com a que pudessem funcionar os bancos.

Nossas denúncias iniciais sobre o funcionamento fraudulento da banca através de operações "incestuosas" (termo utilizado pelos financistas) e que o governo vem se utilizando da chantagem e da mentira para ocultar o tremendo desequilíbrio financeiro foram ultrapassados pelos fatos.

Não existe um manejo limpo dos bancos. A verdade é que seus numerosos acionistas, que podem ser considerados seus donos, recorrem a artimanhas inimagináveis para distrair os depósitos e utilizá-los à sua vontade para obter lucros fabulosos.

Vieram à tona a formação de quadrilhas, a falsificação de documentos, a utilização de fraudes, para desviar o dinheiro depositado nos bancos, a fim de empregá-lo em seus negócios privados, em grandes manobras financeiras para impor-se no mercado etc.

Está suficientemente demonstrado que não poucos manejos sujos foram consumados sob amparo e cumplicidade das cabeças superiores da Superintendência de Bancos, que esse é o caso do Superintendente do Rio. Esta entidade estatal veio tolerando uma série de anomalias no funcionamento dos bancos.

Os banqueiros bellacos contam com uma vítima, depositantes-poupadores; pode-se dizer em síntese que os primeiros abusivamente utilizam dinheiro da maioria de ingênuos para aumentar de maneira veloz seu poderio econômico.

A crise econômica estrutural do capitalismo empurra os grandes empresários a apoiar-se no manejo fraudulento dos bancos (recoletam montanhas de dinheiro) para poder superar suas dificuldades. Aqui segue jogando a regra de que o peixe grande engole os pequenos. A crise econômica acelera este processo de que os mais poderosos concluem potenciando-se ainda mais às custas dos burgueses pequenos e médios.

O sistema bancário serve para isso e por isso o governo recorre a todos os meios para mantê-lo em pé e inclusive para potenciá-lo. É indispensável porque são as veias que recorre o capital financeiro e os capitalistas as utilizam para levar ao exterior seus lucros, para levar dinheiro mal ganho, como acontece também com a manipulada Bolsa de Valores.

O governo burguês de turno toma uma série de medidas para fortalecer aos bancos, sobretudo devolvendo-lhes a credibilidade popular. Cinicamente vem se utilizando dos tribunais de justiça para semear o escândalo ao redor do manejo de alguns bancos, mas claro que o sangue não chegará ao rio. O que interessa é que as manobras secretas ao redor do sistema financeiro passem despercebidas.

Por que tanto interesse do oficialismo em salvar os bancos? É claro que todo país capitalista (ainda que seja atrasado como o nosso) precisa de um sistema financeiro estável e forte. Ninguém pode duvidar que essa estabilidade se levanta sobre a arena, porque na base estão os jogos sujos, os manejos turvos dos capitalistas, ainda no caso em que a produção do país seja considerada bem cimentada.

Na Bolívia se realiza uma grande manobra ao debilitar o Estado e privatizar as empresas públicas, em benefício direto das transnacionais. Nessa manobra os bancos jogam um papel de importância. Os investidores de capital financeiro precisam contar um bancos firmes, com um sistema financeiro estável. Isso explica o papel protagônico do governo movimentista nos últimos escândalos financeiros.

Os jogos sujos no funcionamento dos bancos, a lavagem de narcodólares

Resulta impossível que se purifique totalmente o funcionamento dos bancos, porque isso atingiria os interesses de grandes capitalistas.

Violentando as esperanças do governo, as denúncias últimas sobre o manejo financeiro e sobretudo a revelação de que os bancos bolivianos, inclusive os mais poderosos, dedicam-se à lavagem de narcodólares, pode precipitar a quebra em série de não poucas entidades financeiras.

A denúncia nesse sentido vem dos Estados Unidos e é explicável que seja assim, pois o imperialismo norteamericano (sobretudo o atual governo) estão vivamente interessados em acabar com o narcotráfico. Busca-se controlar o movimento do negócio ilegal vigiando o movimento das astronômicas fortunas de quadrilhas de narcos. Se se efetiva o golpe planejado pelos ianques pode agravar-se a instabilidade financeira e do próprio governo.

(Texto de Guillermo Lora, extraído de *La Colmena* nº 1285, de agosto de 1995)

